



Será um ano de muitas dificuldades e poucas obras. A frase de Flávio Chaves, de Sorocaba, resume o estado de espírito dos prefeitos do Interior, diante dos recursos com que vão contar em 84, geralmente dependendo de empréstimos bancários ou auxílios do governo do Estado. A afirmação de que a receita é insuficiente parte tanto das autoridades da pequena cidade de Pereiras (3.800 habitantes), como das de São Bernardo do Campo, que continua com o maior orçamento de São Paulo, após a Capital.

Só o funcionalismo consome 43% do orçamento de São Bernardo — representando mais da metade da receita em várias cidades — e o prefeito Aron Galante lamenta ainda os Cr\$ 6 bilhões programados para amortização de encargos e juros de dívidas contratadas, ao lado da falta de recursos para resolver os problemas do município, com um índice crescente de migrantes, que exigem “permanentes despesas, para que possamos-lhes assegurar as mínimas condições de sobrevivência”.

Em Pereiras, na região de Sorocaba, o prefeito Márcio Vieira de Campos espera arrecadar Cr\$ 130 milhões — 120% a mais do que em 83 — tendo de contar com a ajuda do Estado para a perfuração de um poço artesiano, idêntica reivindicação de São José do Rio Preto, que tem um orçamento bem maior. A receita de Cr\$ 12 bilhões e 330 milhões de Rio Preto vai-se somar verba de Cr\$ 4,3 bilhões do Programa das Cidades Médias, possibilitando o atendimento da região de Vila Toninho que, com dez mil habitantes, não tem um metro de rede de esgotos.

SÓ O ESSENCIAL

Obras de saneamento básico constituem a maior preocupação também do prefeito de Sorocaba, Flávio Chaves, que ainda anuncia um programa de combate às enchentes. “Temos de fazer o que é essencial”, diz Chaves. A receita de Sorocaba terá um acréscimo de quase 200% em relação a deste ano, mas, segundo o prefeito, isso pouco significa a se considerar a inflação e o crescimento vegetativo. O ICM, que responde por 53% da receita deste ano em Sorocaba, cairá para 34,4% em 84, e a prefeitura cuida do cadastramento dos imóveis urbanos para aumentar a arrecadação.

Em Votorantim, na mesma região, o prefeito Irinaldo Alves da Silva queixa-se de que “está cada vez mais difícil arrecadar impostos, pois a população se aproxima da insolvência”. Este quadro também é notado em Sertãozinho, a 20 quilômetros de Ribeirão Preto, com a prefeitura constatando que quase um terço dos contribuintes está em débito com o Imposto Predial e Territorial Urbano.

É o que alguns vereadores temem em Franca, no próximo ano, depois que o prefeito Sidnei Rocha decidiu por uma sobretaxa para as casas de aluguel e terrenos vagos. Estabelecido um desconto de 65% do IPTU sobre a residência própria, mesmo assim há reclamações, como as apresentadas por inquilinos, que geralmente pagam o imposto, além do aluguel.

ENDIVIDAMENTO

A Prefeitura de Franca ainda não programou nenhum empréstimo, mas, se necessário, lançará mão desse recurso, diz o prefeito. Osasco também pretende tomar dinheiro emprestado: a mensagem do orçamento enviada à Câmara, além da receita de Cr\$ 61,6 bilhões, já prevê uma operação de crédito de Cr\$ 17 bilhões. Isso foi previsto também nos dois últimos anos, mas, por estar esgotada a capacidade de endividamento, de acordo com controle exercido pelo Banco Central, a prefeitura se viu então impossibilitada.

O secretário da Fazenda de Osasco, Raimundo Gomes de Souza, diz que “encontramos o município altamente endividado, mas temos de atender aos anseios da população”. Afirma que será um “endividamento com responsabilidade”. No próximo ano, a prefeitura gastará mais de Cr\$ 1,6 bilhão só com o pagamento de juros e correção monetária de dívidas anteriores.

Grave também é a situação de São José dos Campos, que programou Cr\$ 6,5 milhões para amortizar prestações e juros da dívida, além de Cr\$ 2 milhões destinados ao pagamento de desapropriações processadas no ano passado. Sobrarão Cr\$ 965 milhões para investimentos, que “é uma quantia irrisória, para uma cidade do porte de São José”, observa o prefeito Robson Marinho.

São Caetano do Sul se depara com uma dívida de 20 milhões de dólares, contraída pela administração anterior. Santos deve Cr\$ 5 bilhões, mas a prefeitura informa que sua capacidade de endividamento não se esgotou e espera contrair novos empréstimos: em ORTN, quase 80 milhões para obras de drenagens e

sarjetas, 250 mil para construção de cinco escolas infantis e um bilhão para outras obras, além de Cr\$ 900 milhões junto à Caixa Econômica Federal.

MORATÓRIA

Em Cubatão, onde, apesar da recessão econômica atingindo o parque industrial, o ICM garante quase 80% do orçamento, o prefeito José Oswaldo Passarelli recusa-se a pedir empréstimos. Sua administração herdou problemas resultantes da desapropriação de mangues para a construção de um grande conjunto habitacional que, planejado há seis anos, não passou das obras de drenagem.

A Prefeitura de Ribeirão Preto teve de reservar Cr\$ 1,5 bilhão para o pagamento de desapropriações de 81 e 82 e Cr\$ 145 milhões para amortizar, em 84, prestações de empréstimos. “Será um ano de muita austeridade e contenção de despesas, com a adoção de uma política de aplicação dos recursos públicos em programas e atividades absolutamente imprescindíveis e de nível máximo de prioridade”, afirma o prefeito João Gilberto Sampaio.

O orçamento de Ribeirão Preto para 84 teve um acréscimo de 116% em relação ao deste ano, enquanto em Campinas o aumento foi de 252%. Sua receita será superior à dos Estados do Acre e Sergipe juntos e equivalente às do Amazonas, Maranhão e Pará, mas, segundo técnicos da Secretaria do Planejamento, “será suficiente apenas para a execução de serviços de manutenção básica, pois os recursos destinados a investimentos são escassos”.

Levantamento feito junto às dez secretarias municipais concluiu que o orçamento de Campinas para 84 precisaria ser, pelo menos, de Cr\$ 150 bilhões, para se ajustar às necessidades. Campinas pode contar com empréstimos e liberação de créditos do governo federal para infra-estrutura de conjuntos habitacionais e para implantação de trólebus e trens metropolitanos, o que elevaria sua arrecadação para Cr\$ 92,6 bilhões. E se não conseguir recursos de Cr\$ 10,8 bilhões para saldar compromissos de juros e encargos de empréstimos, “o município pode ser forçado a declarar a moratória”, afirma o secretário das Finanças, José Lutz Zastrow.

Levantamento da rede de sucursais e correspondentes, com texto final de Carlos Alberto Nonino, da regional de Ribeirão Preto

As maiores arrecadações

Município	Orçamento Cr\$ milhões	ICM Cr\$ milhões	ISS Cr\$ milhões	IPTU Cr\$ milhões	População estimada
São Bernardo	72.000	39.630	5.900	7.300	500.000
Campinas	71.000	23.500	14.400	8.700	850.000
Guarulhos	65.700	40.700	5.300	7.500	620.000
Osasco	61.600	20.000	9.000	4.445	580.000
Santo André	51.500	24.000	4.400	4.000	600.000
Santos	41.000	12.000	9.800	5.800	500.000
Guarujá	36.000	3.000	8.000	12.000	180.000
S. José Campos	30.220	19.550	2.500	4.150	300.000
Sorocaba	29.610	8.500	2.500	5.000	310.000
Cubatão	25.000	19.900	—	300	90.000
Piracicaba	23.000	8.000	2.115	3.400	260.000
Jundiaí	23.000	12.000	1.500	2.360	300.000
S. Caetano Sul	19.800	12.100	1.200	650	170.000
Diadema	19.700	11.900	1.300	2.400	315.000
Mogi Cruzes	18.000	6.500	1.300	2.400	210.000
Ribeirão Preto	17.000	6.400	3.710	2.850	360.000
São Carlos	13.280	4.000	2.885	1.400	130.000
S. J. Rio Preto	12.330	2.300	1.200	1.500	210.000
Limeira	11.840	5.800	900	750	180.000
Franca	11.620	4.000	630	1.820	—

O orçamento refere-se apenas à receita da administração direta (Prefeitura), com as principais receitas: ICM — Imposto de Circulação de Mercadorias; ISS — Imposto sobre Serviços; e IPTU — Imposto Predial e Territorial Urbano.